

MERCADO DE CAPITAIS



12 DE MARÇO DE 2024

CVM anuncia nova prorrogação dos prazos de vigência e de adaptação à Resolução CVM 175 e permite a prestação de garantias por fundos imobiliários

A CVM publicou, hoje (12.03), a Resolução CVM 200, que altera dispositivos da Resolução CVM 175 (novo marco regulatório dos fundos de investimento) e estabelece novos prazos para:

- (i) início da vigência de dispositivos que tratam (a) da taxa máxima de distribuição, (b) da possibilidade de criação de classes e subclasses de cotas e (c) de acordo de remuneração com base nas taxas de administração, performance ou gestão; e
- (ii) adaptação dos fundos de investimento que já estavam constituídos anteriormente à entrada em vigor da norma em 2 de outubro de 2023 (i.e., adaptação do estoque).

Segundo a CVM, o estabelecimento de novos prazos busca atender a pleitos dos participantes da indústria de fundos de investimento, tendo em vista, dentre outros motivos, os desafios operacionais relacionados à reforma tributária que incidiu recentemente sobre os fundos de investimento e à própria complexidade do novo marco regulatório.

Em síntese, os novos prazos de vigência e de adaptação à Resolução CVM 175 passaram a ser os seguintes:

VIGÊNCIA

TEMA	INÍCIO DA VIGÊNCIA*
Possibilidade de criação de diferentes classes e subclasses de cotas	01.10.2024
Fixação de acordo de remuneração com base nas taxas de administração, performance ou gestão	01.10.2024
Taxa Máxima de Distribuição	01.11.2024

^{*} Fundos de investimento constituídos em 02.10.2023 ou após essa data. Os fundos de investimento constituídos anteriormente a 02.10.2023 poderão se adaptar à Resolução CVM 175 (inclusive aos dispositivos acima citados) dentro dos prazos de adaptação abaixo elencados.

ADAPTAÇÃO

TIPO DE FUNDO DE INVESTIMENTO	PRAZO PARA ADAPTAÇÃO INTEGRAL À RES. CVM 175
Fundos de investimento constituídos anteriormente a 02.10.2023, exceto FIDCs	30.06.2025
FIDCs constituídos anteriormente a 02.10.2023	29.11.2024

Registre-se que os fundos de investimento constituídos em 02.10.2023 ou em data posterior devem seguir observando o regime da Resolução CVM 175 normalmente, salvo pelos dispositivos específicos e respectivos prazos indicados na tabela "Vigência" acima.



Prestação de Garantias por Fundos Imobiliários

A Resolução CVM 200 também promoveu alterações no Anexo Normativo III da Resolução CVM 175, que regula o funcionamento dos fundos de investimento imobiliários (FII), a fim de possibilitar que:

- (i) sejam constituídos ônus reais sobre os imóveis que integrem a carteira da classe, **desde que para garantir obrigações assumidas pela classe de cotas**; e
- (ii) somente nas classes exclusivas (i.e., aquelas constituídas para receber aplicações exclusivamente de um único investidor profissional, de cotistas que possuam vínculo societário familiar ou de cotistas vinculados por interesse único e indissociável), o regulamento permita ao gestor (a) a prestação de fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer forma, assim como (b) a constituição de ônus reais sobre os imóveis integrantes do patrimônio da classe para garantir obrigações assumidas pelos cotistas.

Acesse aqui o inteiro teor da Resolução CVM 200.



Para informações, entrar em contato com:

Julia Franco

julia.franco@cesconbarrieu.com.br +55 21 2196-9206

Vitor Arantes

vitor.arantes@cesconbarrieu.com.br +55 11 3089-6500

Frederico Calmon

frederico.calmon@cesconbarrieu.com.br +55 21 2196-8319

Vitor Szmaragd

vitor.szmaragd@cesconbarrieu.com.br +55 21 2196-9205

Bernardo dos Santos

bernardo.santos@cesconbarrieu.com.br +55 21 2196-3448

Este boletim apresenta um resumo de alterações regulatórias no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.

